

Entre Estabelecidos e *Outsiders*: A Construção da Informação Social nas Rádios Comunitárias pelas Comunidades Rurais e Quilombolas¹

Marco Antônio de Oliveira Tessarotto²

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

O tema da democratização das comunicações e do direito à cidadania no Brasil é instigante, pois, assim como a terra, o acesso à fala tornou-se objeto e privilégio de poucos muito ricos ou detentores de prestígio social, dos quais se utilizam deste instrumento como mecanismo de controle e de poder. A questão apresentada analisou como os membros das comunidades quilombolas/rurais dizem à respeito sobre a democratização dos meios de comunicação com o seguinte questionamento e hipótese: a rádio comunitária contempla a participação dos segmentos negros/rurais em sua grade de programação? A atual programação é de interesse dos segmentos rurais? A pesquisa de campo sobre a democratização da comunicação revelou o jogo conflituoso das opiniões entre o centro urbano e a zona rural dos municípios de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia, a respeito do papel social da rádio comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação comunitária; democratização; urbano e rural.

¹Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

² Fundação Roberto Marinho: consultor, Mestre em Sociologia-UFPB/PPGS, marcotessarotto@uol.com.br

Iniciando o Diálogo

O termo participação sempre encontrou resistência para sua efetivação, em parte devido aos regimes autoritários vivenciado pelos países latino-americanos, por isso, grande parte de nossa população e, em especial a rural, encontra-se em uma situação que impossibilita sua participação na vida política, nas instituições ou organismos de caráter popular, como é o caso das rádios comunitárias, de se reconhecer naquele espaço de protagonismo social. Neste aspecto, a pesquisa de campo revelou a existência de dois campos em conflito, o das vozes privilegiadas (políticos, personagens sociais, religiosos – da zona urbana) e, dos silenciados (quilombolas, população de assentamento e áreas de conflito agrário).

A pesquisa analisou a grade de programação das rádios comunitárias que cobrem os territórios urbanos e rurais das cidades de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia, verificando como o dispositivo dos artigos 2 e 3 da Lei 9.612/98 estavam sendo implementados pelas rádios comunitárias das cidades supracitadas.

O estudo procurou: verificar como as rádios comunitárias das cidades de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia incluem na sua programação a participação dos segmentos da população local rural, em especial os interesses dos quilombolas de acordo com os termos da Lei 9.612/98; identificando o tipo de influência que as mídias comunitárias exercem, fortalecendo ou desconstruindo as identidades culturais, silenciando ou não as vozes dos segmentos sociais periféricos; e, analisou como as comunidades quilombolas e rurais reagem aos conflitos de interesse entre o direito à voz e os poderes hegemônicos.

As pontes: entre o diálogo e o poder institucionalizado

O conflito contra-hegemônico (sistêmico) ainda está em curso nas comunidades rurais e quilombolas na Paraíba. O estudo traçou, inicialmente, um perfil claro daqueles que estão no comando e direção destas rádios comunitárias: são homens brancos, com mais de 25 anos e nível de instrução com segundo grau completo.

Neste cenário, a mídia deveria ser o instrumento de libertação e reconhecimento destes grupos excluídos, mas somente no momento em que a mesma deixe “de ser mero instrumento da política e impõe sua própria gramática com a qual os políticos têm que

negociar”, e com isso, passe a formar “*um dos pré-requisitos para que as discussões a favor do reconhecimento encontrem ressonância*” (BARBALHO, 2005, p. 36). É, deste ensejo social que a comunicação comunitária poderá se constituir enquanto instrumento dialógico democrático.

A construção das vozes na rádio comunitária e seu reconhecimento da multiplicidade social é uma forma em que o sujeito pode contrapor-se enquanto força social, desenvolvendo alternativas e “*formas de lidar com os processos de exclusão gerados pela concentração de poder e pela impossibilidade de acesso a formas de participação na vida coletiva que tenha justamente em conta essas diferenças*” (SILVEIRINHA, 2005, p. 42).

A imposição dos discursos homogêneos e/ou políticos partidários na radiodifusão comunitária é explicada por uma “*progressiva política pensada para os grandes sujeitos históricos, como a nação e a classe*” (SILVEIRINHA, 2005, p.42). Na pesquisa, os sujeitos que estão à frente da rádio são em sua maioria, homens acima de 25 anos, predominantemente brancos, parentes ou apadrinhados de políticos locais.

Desta questão levantada acima, a superação da negação do protagonismo social significa:

enfrentar desafios especiais em sociedade multiidentitárias para garantir a representação e participação das minorias, protegendo, promovendo e realizando os seus direitos. O fio condutor das reivindicações dessas minorias é a ideia normativa de que os indivíduos e os grupos sociais têm de obter ‘reconhecimento’ ou respeito pela sua ‘diferença’.
(SILVEIRINHA, 2005, p. 42)

O que foi possível diagnosticar na atual gestão das concessões públicas da comunicação comunitária nas cidades analisadas (Alagoa Grande, Serra Redonda e Santa Luzia) na Paraíba é que, ao contrário que a legislação prevê observa-se uma espécie de “*ordem natural, estabelecida por Deus e consolidada pela experiência humana*” (GONÇALVES, 2005, p.15) predominantemente urbana. Na análise de conteúdo das entrevistas foi possível detectar que, mesmo diante das transformações do mundo moderno, não ocorreu a destituição dos velhos preceitos e padrões sociais, mas seu fortalecimento e convivência no presente com novas roupagens institucionalizadas, agora midiáticas.

Ainda, sobre a construção da pesquisa de campo pesou a tradição interiorana da política partidária e suas vertentes em todas as áreas sociais, por isso, acabam por construir, regras de um jogo hegemônico, de um lado, aqueles que pertencem ao sistema, de outro, os

que estão de fora (sítios, comunidades negras, etc). Processo este, onde *“uma classe social constrói e reconstrói sua liderança intelectual e moral sobre as demais classes, reproduzindo ativamente valores, as ideias, as práticas culturais por uma determinada perspectiva e impondo-a ao conjunto da sociedade”*. (GONÇALVES, 2005, p. 95).

Sobre a história: conexões e negações

A história brasileira tem se referido aos quilombos e comunidades rurais sempre no passado, como se estes não fizessem parte da vida social do País. O preconceito e o silenciamento têm produzido ao longo dos séculos, todo tipo de conflito com a sociedade brasileira, questões estas, afirmadas com a desconfiguração dos propósitos dos dispositivos legais que disciplinam a radiodifusão comunitária. Esta problemática foi percebida pelo estudo realizado na cidade de Campinas – SP. O pesquisador Bruno Fuser (2002) analisou 14 rádios comunitárias, que:

criadas com o objetivo de serem a expressão aberta e plural de uma comunidade ou bairro, estimulando a cultura local e sem fins lucrativos, terem se transformado em espaço ocupado por grupos religiosos e comerciais. Apenas três das 14 emissoras pesquisadas possuem características que permitem considerá-las como parte de uma esfera comunitária [...] (FUSER, 2002, p. 53)

Neste olhar, a mídia local que irradia seus sinais eletromagnéticos atua como matriz configuradora das identidades culturais, orientando como as falas de prestígio devem ser apresentadas, no universo tomado para estudo, nas cidades paraibanas todas as três emissoras possuem as mesmas descaracterizações citadas acima.

Bebendo da fonte

As primeiras experiências com a rádio comunitária remontam os anos 70, mas somente uma década mais tarde, os atores sociais, entidades e seus respectivos movimentos se apoderaram deste instrumento comunicacional. A pesquisa de campo revelou ainda, a existência de um protagonismo juvenil apenas do espaço urbano, em grande parte de movimentos religiosos, mas os jovens do contexto rural, onde se inserem os quilombolas estão excluídos e silenciados da grade de programação das rádios comunitárias (Sorriso-Serra Redonda, Piemonte-Alagoa Grande e 104 FM-Santa Luzia). No caso específico das

comunidades rurais, as entidades de representação possuem pouca atuação voltada para a construção da interação entre os instrumentos comunicacionais locais e os segmentos sociais rurais, ou seja, o de estimular processos dialógicos de informação, incentivando a inserção e participação nos processos de mobilização popular, a favor da cidadania e do cumprimento do dispositivo legal, expressos na normativa da Lei 9612/98, Art. 4º, §3 que rege a radiodifusão comunitária

O Ministério das Comunicações que fomenta e disciplina as ações das rádios comunitárias fala de um perfil de rádio comunitária legítima que é aquela que:

(...) deve divulgar a cultura, o convívio social e eventos locais; noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidade pública; promover atividades educacionais e outras para a melhoria das condições de vida da população. Uma rádio comunitária não pode ter fins lucrativos nem vínculos de qualquer tipo, tais como: partidos políticos, instituições religiosas etc. A programação diária de uma rádio comunitária deve conter informação, lazer, manifestações culturais, artísticas, folclóricas e tudo aquilo que possa contribuir para o desenvolvimento da comunidade, sem discriminação de raça, religião, sexo, convicções político-partidárias e condições sociais. Deve respeitar sempre os valores éticos e sociais da pessoa e da família e dar oportunidade à manifestação das diferentes opiniões sobre o mesmo assunto. (Ministério das Comunicações)

A intenção de implementação de uma rádio comunitária pretende criar novos canais dialógicos de entendimento, fomentando a emancipação do indivíduo e dos grupos silenciados. Segundo Jüngen Habermas (2003), na Teoria do Agir Comunicativo, este fenômeno, da rádio comunitária se encaixa em suas reflexões e contribui para a compreensão do fenômeno da colonização do mundo da vida (comunitário) pelas forças sistêmicas (do neocoronelismo político/religioso).

Objetivando a análise das mídias comunitárias, a pesquisa percorreu sobre a atuação das seguintes rádios comunitárias: Rádio Piemonte (Alagoa Grande); Sorriso da Serra (Serra Redonda) e Santa Luzia 104 FM (Santa Luzia).

Descrevendo o conflito: entre o legal e o real

A pesquisa de campo realizada verificou a presença de duas populações com opiniões distintas, num mesmo espaço geográfico. Os dados e entrevistas foram decodificados pelo software estatístico SPSS e tratados pelo Professor Doutor José Carlos Leite, do Departamento de Estatística da UFPB, que descreveu a seguinte situação:

(...) o que se verificou no teste q2 é que a comunidade quilombola e o centro urbano apresentam opiniões diferentes. Enquanto a população do centro urbano considera que a rádio comunitária cumpre com seu papel, com relação à comunidade quilombola foi diferente, eles consideram que 50% da amostra considera que a rádio não cumpre com seu papel, e 25% que ela cumpre parcialmente, então, isso caracteriza bem que a comunidade quilombola não considera que está sendo bem assistida com relação ao papel social das rádios comunitárias. Uma observação é que se faz necessária coletar mais dados que estas primeiras impressões apresentaram (José Carlos Leite, UFPB)

Ainda, a pesquisa de campo detectou facilmente nas falas dos depoentes, a existência de uma força política hegemônica e partidária do grupo da situação que coordena a programação e a forma como as falas são difundidas naquele espaço.

A programação da rádio não é um produto da comunidade, atua naquele espaço apenas um locutor/técnico que nem sequer abre espaço para as falas dos ouvintes. Inexiste um programa idealizado pelos artistas locais e da comunidade rural.

Um dos desafios para a superação dos processos sistêmicos na radiodifusão comunitária será com o deslocamento de antigos preceitos da comunicação, se constrói pelo questionamento quanto à veracidade e manutenção de antigos dogmas. A rádio comunitária se insere na dinâmica de construção da igualdade almejada, como nova ferramenta de interlocução, mas *“há muito ainda que pensar e tentar”* (PAIVA, 2005, p. 24), a exemplo da participação e inclusão de sindicatos, associações, movimentos sociais e comunidades negras na programação das rádios comunitárias.

Os dados são referentes à primeira fase da pesquisa e as tabelas comprovam as impressões sobre a exclusão dos segmentos negros na rádio comunitária.

1) Sexo dos entrevistados nas três cidades

sexo

| | | Frequency | Percent | Valid Percent | Cumulative Percent |
|-------|-----------|-----------|---------|---------------|--------------------|
| Valid | Masculino | 33 | 49,3 | 49,3 | 49,3 |
| | Feminino | 34 | 50,7 | 50,7 | 100,0 |
| | Total | 67 | 100,0 | 100,0 | |

Fonte: SPSS, 2009

2) O Sr. (a) costuma sintonizar a rádio comunitária (Sorriso, Piemonte e Santa Luzia)?

Fonte: SPSS, 2009

func * centro Crosstabulation

| | | | centro | | Total |
|-------|--------------|-----------------|------------|---------------|--------|
| | | | Comunidade | Centro Urbano | |
| func | Sim | Count | 2 | 28 | 30 |
| | | % within centro | 25,0% | 57,1% | 52,6% |
| | Não | Count | 4 | 3 | 7 |
| | | % within centro | 50,0% | 6,1% | 12,3% |
| | parcialmente | Count | 2 | 18 | 20 |
| | | % within centro | 25,0% | 36,7% | 35,1% |
| Total | | Count | 8 | 49 | 57 |
| | | % within centro | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

4) 10ª pergunta: O Sr. (a) considera que a rádio está cumprindo com a sua função social para a comunidade?

sint * comunidade Crosstabulation

| | | | comunidade | | | Total |
|-------|----------|---------------------|---------------|-------------|---------------|--------|
| | | | Alagoa Grande | Santa Luzia | Serra Redonda | |
| sint | Sim | Count | 17 | 20 | 22 | 59 |
| | | % within comunidade | 89,5% | 87,0% | 95,7% | 90,8% |
| | Não | Count | 1 | 0 | 0 | 1 |
| | | % within comunidade | 5,3% | ,0% | ,0% | 1,5% |
| | as vezes | Count | 1 | 3 | 1 | 5 |
| | | % within comunidade | 5,3% | 13,0% | 4,3% | 7,7% |
| Total | | Count | 19 | 23 | 23 | 65 |
| | | % within comunidade | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0% |

Fonte: SPSS, 2009

O primeiro item em destaque é que a metade de ambos os sexos responderam os questionários nesta fase preliminar dos dados. O segundo ponto, sobre a audiência da rádio comunitária, mais de 87% dos entrevistados nas cidades de Serra Redonda, Alagoa Grande e Santa Luzia são ouvintes da emissora local pelo menos uma vez ao dia.

O que nos interessa nesta análise é a última variante da pesquisa, onde se questiona à ambas populações, tanto do espaço urbano, bem como a rural, se a rádio comunitária estaria cumprindo com o seu papel social, como preconizado no dispositivo legal de seu funcionamento.

Estes números revelaram a sobreposição da Hipótese (H1) sobre a (H0) ou nula. Na hipótese (H0) pensava-se que ambas as populações não encontrariam opiniões discordantes

sobre o papel social da rádio, o que não foi confirmado. Este dado revela a confirmação central da problemática proposta na análise do estudo, de fato, existe em curso, um conflito de interesses entre os moradores do centro urbano e a população rural.

A hipótese levantada na pesquisa inicial sobre a possível inclusão ou não de segmentos quilombolas na rádio comunitária foi ampliado, pois além dos quilombolas, as vozes dos moradores dos sítios, sindicalistas rurais e líderes de assentamento não ressoam naquele espaço “democrático” das falas.

Dos depoentes, destacamos a descrição de uma das rádios comunitárias tomadas para estudo, a rádio comunitária Piemonte na cidade de Alagoa Grande-PB, onde o professor do ensino fundamental e médio, José Abelardo Freire explicou que:

“A questão da programação da rádio comunitária existe uma insatisfação da comunidade porque a rádio comunitária nos últimos quatro anos foi mais uma rádio político-partidária. Eu costumo dizer que ela é uma extensão política da prefeitura. Era mais, mas agora não, chegou o período eleitoral e conteve-se mais. Inclusive havia dois programas da oposição, a rádio cortou. Numa apologia tão grande, um dos locutores da rádio é assessor de comunicação da câmara municipal, o diretor da rádio é candidato a vereador do lado do prefeito” (José Abelardo Freire, 38, professor, Alagoa Grande)

O deslocamento de sentido ou a extinção da fala ideal é a morte anunciada do protagonismo social. A colonização do mundo da vida pelo da ação sistêmica passa a coisificar as dimensões da ação comunicativa, transformando a relação direta do sujeito/sujeito pela do sujeito/objeto. Esta consideração pode ser confirmada pela fala da agricultora, Auréa Alves, na cidade de Alagoa Grande que na rádio comunitária há pessoas:



“Contra a gente que somos agricultor, nós queremos o menino do sindicato de Alagoa Grande não pode ser uma voz na rádio, não pode falar pelo povo na rádio, porque ele não deixa, não deixa a participação do sindicato na rádio, é isso que nós queremos ter direito, nós queremos participar da rádio de Alagoa Grande” (Auréa Alves, 63, agricultora).

Nesse ponto, a rádio passa a valorizar as relações de poder político e econômico em prol de uma “maior audiência”, em detrimento aos programas artístico-culturais dos movimentos sindicais e negros.

Confirmando a hipótese sobre o conflito entre as vozes, entre o espaço urbano e rural, ainda na cidade de Alagoa Grande, a Rádio Piemont utiliza de equipamento tecnológico (ao lado do telefone da emissora) que serve para filtrar as vozes de prestígio, onde os representantes da política local da rádio ganham espaço, enquanto as falas críticas e pertinentes dos moradores da zona rural são bloqueadas.



Fonte: TESSAROTTO, 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desvios dos princípios normativos da radiodifusão comunitária através de uma abordagem sobre os modelos atuais de implementação das políticas públicas universalistas permanecem viciadas pelos antigos sistemas burocráticos do regime militar, contribuindo para o surgimento de uma nova figura nas comunicações que são os “neocoronéis” midiáticos.

Deste cenário, questiona-se se a rádio comunitária no espaço rural poderá ser o instrumento e canal dialógico para o retorno do equilíbrio perdido? O desafio deste instrumento será o de descobrir o caminho para a emancipação (através da rádio comunitária), neste sentido se faz necessário afastar-se daquilo que reprime ou distorce o diálogo (neocoronelismo, política partidária) para que, somente assim, reconstruir o que foi ocultado ao longo da história destes sujeitos sociais.

Nas rádios comunitárias foi possível perceber que além de não estimularem o exercício da cidadania, ao não conchamar a participação dos diversos segmentos sociais e

em especial àqueles excluídos (negros, sindicalistas, sitiante) a mesma atua difundindo e valorizando a cultura proveniente dos centros urbanos, não agregando quaisquer valores de empoderamento na cultura local.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. **Cidadania, Minorias e Mídia:** ou algumas questões postas ao liberalismo. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 31, 32, 34, 36

FUSER, Bruno. **Rádios comunitárias em Campinas:** do popular ao comercial e evangélico. Disponível em: www.eca.usp.br/associa/alaic/boletin8/bruno_arquivos/bruno.doc, acesso em 29 abr. 2016.

GONÇALVES, Márcio Souza. **Minorias, Identidade e Virtualidade.** Comunicação e cultura das minorias. São Paulo, Paulus, 2005. p. 71,72,77,79,80, 81, 95, 96

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. **Rádio Comunitária.** Disponível em: <http://www.mc.gov.br/o-ministerio/170-sem-categoria/22038-radio-comunitaria46>, acesso em 25 maio. 2016.

PAIVA, Raquel. **Mídia e Política de Minorias.** Comunicação e cultura das minorias. São Paulo: Paulus, 2005. p. 15 - 24

SILVEIRINHA, Maria João. **Democracia e Reconhecimento:** repensar o espaço público. Comunicação e cultura das minorias. São Paulo, 2005. p. 42, 45, 49, 57-59, 64, 67,68